

Aeroportos de João Pessoa e Campina serão leiloados

Edital de concessão foram publicados na última sexta-feira no Diário Oficial da União e incluem também os portos

Karina Melo
Da Agência Brasil

Editais de 12 aeroportos da Ferrovia Norte-Sul e quatro terminais portuários foram lançados nesta semana pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), no Palácio do Planalto.

Esses editais preveem que sejam licitados para concessão à iniciativa privada, de uma vez, 12 aeroportos divididos em três blocos.

Na prática, caberá ao governo do presidente eleito Jair Bolsonaro tocar o pacote fechado de projetos de concessão a partir de 2019. Segundo o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, todo o processo de finalização dos editais foi acompanhado pela equipe de transição do futuro presidente.

“O que nós estamos fazendo nesse governo é tirar o país do século 20 e trazer para o século 21. O Estado não pode fazer tudo por conta própria, deve haver uma interação com a iniciativa privada, trazendo investimentos”, disse o presidente Michel Temer, destacando que as PPIs prestigiam duas forças do setor produtivo - os empresários e os trabalhadores.

PPI

Os editais lançados preveem que sejam licitados



Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

Terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Castro Pinto, em João Pessoa, um dos do Nordeste que será privatizado

para concessão à iniciativa privada, de uma vez, 12 aeroportos divididos em três blocos. Juntos, esses terminais recebem, por ano, 19,6 milhões de passageiros e respondem por 9,5% do mercado nacional de aviação.

Ainda no caso dos aeroportos, o prazo para realização do leilão é de, no mínimo, 100 dias a partir da publicação do edital, no caso, a primeira quinzena de março.

Os 12 aeroportos regionais são os de Recife (PE),

Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB); Cuiabá, Rondonópolis, Alta Floresta e Sinop (MT); Vitória (ES) e Macaé (RJ).

Ferrovia e portos

A concessão da Ferrovia Norte-sul contempla o trecho de 1.537 quilômetros entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP).

O valor mínimo de outorga é de R\$ 1,35 bilhão e o prazo de concessão é de 30

anos. No setor portuário, serão leiloados três terminais em Cabedelo (PB) e um em Vitória (ES), todos voltados para o armazenamento de grãos líquidos.

Desde o início do governo Temer, em 2016, o PPI aprovou 73 empreendimentos de concessões e arrendamentos no setor de transportes - 21 deles foram concluídos, 44 estão em andamento e oito tiveram seus prazos de concessão prorrogados. No total, foram arrecadados R\$ 3,8 bilhões em outorgas.

Cadastur é aprovado para os guias de turismo

O Plenário do Senado aprovou em votação simbólica nesta quarta-feira (28) projeto que obriga o guia de turismo que usa carro próprio para trabalhar fazer o cadastramento do veículo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). O registro deve ser feito também no município e no Estado onde a atividade for organizada e onde circula. A matéria agora segue para sanção presidencial.

O registro previsto no projeto será limitado a um veículo, que poderá ser do guia, de seu cônjuge ou dependente. De acordo com o PLC 23/2014, fica proibido o licenciamento de veículos com menos de três portas para o transporte de passageiros e ainda o daqueles com mais de cinco anos de fabricação. A proposta é de autoria do deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ).

Independentemente da vistoria de trânsito, o veículo registrado estará sujeito, em qualquer tempo, a inspeção da entidade registradora, que terá o poder de determinar a baixa definitiva do registro ou a temporária, para reformas. Em caso de venda, o proprietário deverá providenciar a baixa do veículo no prazo de 15 dias.

A ideia é evitar que o guia seja confundido como um motorista de transporte irregular de passageiros, por exemplo. Inicialmente, o projeto original determinava que o veículo não poderia ter duas portas.

Cessão onerosa do pré-sal

Sem acordo Senado adia o debate para esta semana

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, adiou para esta semana a votação do projeto de lei da Câmara (PLC) 78/2018, que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). A matéria está na pauta do Plenário desde o dia 6 de novembro. Mas, segundo o parlamentar, ainda não foi possível chegar a um acordo com o Palácio do Planalto sobre a participação de estados e municípios na receita da chamada cessão onerosa.

— Ficamos até quase meia-noite dessa quarta-feira, (28) reunidos. Mas até agora não se fez o entendimento porque parte da equipe econômica acha que isso atinge a questão do teto de gastos. Não vou colocar a matéria em votação. Vou transferir para a próxima semana e até lá tentar encontrar um equilíbrio que sirva para todos — afirmou Eunício Oliveira.

Seis parlamentares apresentaram emendas para incluir no PLC 78/2018 a previsão de que governos e prefeituras recebam parte do bônus de assinatura — o montante pago pela empresa privada como condição para o contrato. O senador

Lindbergh Farias (PT-RJ) sugere que estados e municípios fiquem com metade do valor. Wellington Fagundes (PR-MT) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendem um repasse de 30%.

— Não podemos simplesmente fazer a cessão de um bem nacional, que é a riqueza do nosso subsolo, sem que isso tenha um diálogo com estados e municípios. Apresentei um destaque para assegurar que os recursos sejam vinculados a investimentos em educação, para que nenhum governador ou prefeito desavistado queira usar o dinheiro para pagar folha atrasada — disse Randolfe Rodrigues.

O senador Guaracy Silveira (DC-TO) sugere que os estados fiquem com 25% e os municípios com 50% do bônus, enquanto a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) defende um modelo escalonado de divisão. A União ficaria com 22%, enquanto governos e prefeituras dividiriam 47% do valor. Os 31% restantes ficariam com estados confrontantes (23%); municípios confrontantes (6%) — aqueles cujo território se situa em frente aos poços produtores —; e cidades afetadas por operações de em-

barque e desembarque de petróleo (2%). O senador Aécio Neves (PSDB-MG) sugere a transferência de 20%.

— A cessão onerosa é um caminho irreversível para a exploração do pré-sal. Mas o bônus de assinatura é o caminho mais adequado para que estados e municípios tenham condição expressiva de minimizar a situação de calamidade que atravessam hoje — argumenta Aécio.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) também defende a participação de governos e prefeituras no rateio do bônus de assinatura. Mas faz um alerta: o teto de gastos previsto pela Emenda Constitucional 95/2016 pode inviabilizar a utilização dos recursos. A norma limita as despesas de União, estados e municípios ao orçamento do ano anterior corrigido pela inflação.

— Como contabilizar isso dentro do Orçamento da União, diante do cenário de que temos hoje de uma emenda que “teta” os gastos públicos? Não há como contabilizar esse recurso a não ser por um crédito extraordinário. E aí começa o grande desafio deste projeto de lei. Ele não está pronto para ser votado — questiona Braga.

Lúri
Moreira

iurimoreira.imprensa@gmail.com

Foto: Reprodução/Internet



Intel apresenta nona geração de processadores

A Intel reuniu a Imprensa especializada em São Paulo na última quarta (28) para mostrar o poder dos novos processadores i5, i7 e i9 de nona geração. A nova linha de processadores já está disponível no mercado desde o início de novembro, integrando desktops de marcas como 2 A.M. e Rawar, além de estar disponível em lojas online. No próximo ano, a linha de processadores Intel Core de 9ª geração estará disponível, também, para notebooks. Durante o evento, executivos da Intel tiveram a oportunidade de falar sobre os planos da companhia para o setor de jogos eletrônicos e iniciativas de e-Sports.

Para Carlos Buarque, diretor de marketing da Intel Brasil, o lançamento do i9 de 9ª geração é um marco para o universo de e-Sports, por ser considerado o melhor processador da Intel para games. Em outubro, dias após sua apresentação mundial, o i9-9900K quebrou 16 recordes de benchmark durante uma demonstração de overclocking no Fall Desktop Launch, em Nova Iorque. Após ser resfriado a uma temperatura extremamente baixa, todos os seus núcleos chegaram à frequência de 7,1 GHz (frequência base de 3,6 GHz).

O anúncio da empresa acompanha a movimentação positiva do setor de hardware para games. De acordo com dados da consultoria americana DFC Intelligence, o mercado de PCs avançados com foco em jogos cresceu 40% em 2017 em relação ao ano anterior, chegando a um total de US\$ 40 bilhões. Os especialistas ainda apontam que esse valor deve subir para US\$ 75 bilhões até 2023.

Intel II

Durante o evento, a empresa também apresentou seus planos corporativos para as novas tecnologias relacionadas a Inteligência Artificial (AI), redes 5G, Internet das Coisas (IoT), Realidade Aumentada (AR), Realidade Virtual (VR) e Data Centers. “O ponto central de nossa estratégia é um profundo entendimento dos maiores desafios – e oportunidades – que nossos clientes estão enfrentando hoje”, explicou Maurício Ruiz, diretor geral da Intel Brasil. “Em resumo, estamos em uma nova era da computação centrada em dados. A proliferação da nuvem, a iminente transição para o 5G e o crescimento da inteligência artificial (AI) e da análise de todos os tipos de dados estão levando a uma mudança no mercado”, concluiu.

Intelbras I

A Intelbras também reuniu a Imprensa em Florianópolis, na quinta (29), para conhecer a fábrica e mostrar a OLT 8820 I, equipamento 100% desenvolvido e fabricado na matriz da empresa localizada no município de São José (SC). O novo produto chega para atender à crescente demanda por serviços de banda larga no Brasil. O equipamento pode ser gerenciado pelo software gratuito SIG -Software Intelbras de Gerenciamento, que foi desenvolvido especialmente pela empresa para facilitar o dia a dia dos provedores de Internet e integradores já que é um sistema que permite gerenciar uma ou mais OLTs (provedor) Intelbras, incluindo o modelo 8820 I.

Intelbras II

A OLT 8820 I, da Intelbras, é uma solução para provedores que utiliza a tecnologia GPON para levar os serviços do provedor de Internet até o consumidor por meio da fibra óptica. O equipamento de alta qualidade possui como principal função a gestão e configuração de todos os clientes ativos conectados a ela. Cada uma das oito portas PON é capaz de atender até 128 ONTs/ONUs, totalizando a capacidade máxima de 1024 clientes por equipamento. Seu sistema de gerenciamento permite aos proprietários o controle de várias OLTs e de todas as ONUs e ONTs Intelbras que compõem a solução, o que dá a eles uma visão mais completa e torna o gerenciamento mais fácil.

Italian Business Integrity

A TIM apresentou, durante o Italian Business Integrity Day, seu programa de integridade e ações de compliance. Pela primeira vez no Brasil, o fórum foi lançado pela Coordenação de Combate à Corrupção do Ministério das Relações Exteriores da Itália e conta com a participação da organização Transparency International Italia. Com o objetivo de debater projetos e ações anticorrupção, o Italian Business Integrity Day reuniu o diretor de Compliance da TIM, Piero Formica, e representantes de outras empresas de origem italiana como Enel, Terna, Pirelli e Rina.